

## EDUCAÇÃO AMBIENTAL: Escola e Valores

### *Environmental Education: Schools and Values*

CERDEIRA, Eva<sup>1</sup>, & MORGADO, Elsa (Coord.)<sup>2</sup>

---

#### **Resumo**

Neste trabalho, abordamos uma visão emergente e cada vez mais significativa da importância da Educação Ambiental (EA), dos seus valores e do papel da educação e do professor na transmissão dos mesmos. A partir de uma análise da literatura atinente à temática relativa à EA, constatamos que atualmente, mais do que nunca, é urgente sensibilizar, partilhar e envolver as faixas etárias mais jovens na discussão, reflexão e intervenção a partir dos valores adjacentes à EA. A comunidade educativa desempenha um papel diferenciador na prossecução destes objetivos e premissas. Parte significativa dos participantes nos estudos observados e referenciados demonstram um lacunar desconhecimento formal dos valores, objetivos e alcance da EA nas suas vidas e no impacto dos seus atos na vida comum. As questões subjacentes à EA e ao modelo capitalista / consumista (UNESCO, 2016) que conseguem diferenciar, não resulta, no entanto, numa alteração concreta das suas práticas nem numa reflexão conceptualmente mais aprofundada em relação à temática. Assume-se facilmente um certo ceticismo no quadro das políticas ambientais e do próprio valor e importância da escola e da formação na construção de conhecimento aliado à mudança e consequente alteração de comportamentos decorrentes da investigação e da reflexão afeta à EA.

#### **Abstract**

In this work, we approach an emerging and increasingly significant view of the importance of Environmental Education (EE), its values and the role of education and the teacher in transmitting them. Based on an analysis of the literature related to the topic of EE, we found that today, more than ever, it is urgent to raise awareness, share and involve the younger age groups in the discussion, reflection and intervention based on values adjacent to EE. The educational community plays a differentiating role in pursuing these goals and premises. A significant part of the participants in the studies observed and referenced demonstrate a lack of formal knowledge of the values, objectives and reach of EE in their lives and the impact of their actions on common life. The issues underlying EE and the capitalist/consumerist model (UNESCO, 2016) that they manage to differentiate do not result, however, in a concrete change in their practices or in a conceptually deeper reflection on the theme. It is easy to assume a certain skepticism in the context of environmental policies and the very value and importance of school and training in the construction of knowledge combined with change and consequent change in behavior resulting from research and reflection affects EE.

**Palavras-chave:** *Educação Ambiental; Educação; Valores; Papel do Professor.*

**Key-words:** *Environmental education; Education; Values; Teacher's role.*

**Data de submissão:** dezembro de 2020 | **Data de publicação:** junho de 2021.

---

<sup>1</sup> EVA CERDEIRA – Instituto Politécnico de Bragança. Mestrado em Educação Ambiental). PORTUGAL. E-mail: cerdeira.eva@gmail.com

<sup>2</sup> ELSA MORGADO - Universidade Católica Portuguesa, Centro de Estudos Filosóficos e Humanísticos, BRAGA. Instituto Politécnico de Bragança, Bragança, PORTUGAL. E-mail: elsa.morgado@ipb.pt

## INTRODUÇÃO

Beillerot afirma que “A seguir ao sono, a pedagogia é a primeira actividade da nossa sociedade” (Beillerot, 1985, p. 36). Notoriamente e enaltecendo a importância do papel da educação poderemos afirmar que aos poucos esta que inicialmente se circunscrevia “aos limites da infância e da adolescência, foi-se alargando a outras fases da vida, associando-se intimamente às atividades profissionais e aos *tempos livres* organizados, designadamente por via da chamada *educação permanente*, e começou mesmo a esboçar-se uma situação em que todo o tempo de vida, desde as creches, até às universidades da terceira idade, é abrangido por instituições educativas, que chamam a si e colocam na sua dependência todo o tipo de tarefas educativas e de distribuição dos saberes” (Morgado, Silva, Licursi, & Rodrigues, 2021, p. 233).

Portanto, perante tal premissa, definir o conceito de educação “sejam quais forem os pressupostos teóricos, ideológicos, políticos, portadores de uma práxis conducente a um porto seguro, de uma coisa podemos estar certos: a noção de educação que emergir de uma tentativa de definição, terá necessariamente que se apresentar como integral” (Morgado, et al., 2021, p. 222). Claro está o papel atribuído à educação, quando se pretende sensibilizar a sociedade para as questões ambientais. Dado que “A realidade atual exige uma reflexão cada vez menos linear, e isto se produz na inter-relação dos saberes e das práticas coletivas que criam identidades e valores comuns e ações solidárias diante da reapropriação da natureza, numa perspectiva que privilegia o diálogo entre saberes” (Jacobi, 2003, p. 191). Nomeadamente:

As políticas ambientais e os programas educativos relacionados à conscientização da crise ambiental demandam cada vez mais novos enfoques integradores de uma realidade contraditória e geradora de desigualdades, que transcendem a mera aplicação dos conhecimentos científicos e tecnológicos disponíveis. O desafio é, pois, o de formular uma educação ambiental que seja crítica e inovadora, em dois níveis: formal e não formal. Assim a educação ambiental deve ser acima de tudo um ato político voltado para a transformação social. O seu enfoque deve buscar uma perspectiva holística de ação, que relaciona o homem, a natureza e o universo, tendo em conta que os recursos naturais se esgotam e que o principal responsável pela sua degradação é o homem (Jacobi, 2003, p. 196).

Portanto, é essencial conhecer o conceito, Educação e Ambiente, para assim se compreender as sinergias existentes (Morgado, 2007), dado que a Educação sempre fez parte da vida do ser humano, porém o processo educativo tem vindo a sofrer alterações devido a diferentes “concepções filosóficas e socioculturais”, de acordo com valores

valores particulares que caracterizam as díspares fases da história (Oliveira, 1991; Morgado, 2007). Por fim referir que: “Deve entender-se a educação ambiental como uma componente de uma nova ética, uma nova percepção do mundo e das sinergias dos seres humanos com a natureza e com os outros seres vivos, na senda de criar novos valores e comportamentos” (Morgado (2007, p. 36).

## **1. EDUCAÇÃO: educação ambiental e valores**

Caride (1991, p. 10) destaca que “compreender e valorizar o significado de ambiente converteu-se numa preocupação orientada para resolver satisfatoriamente o futuro da Humanidade (...) e que é inevitável para qualquer discurso sobre educação ambiental iniciar as suas formulações fazendo alusão – pelo menos testemunhal – da questão do ambiente”. Dado que “foi inculcada à educação ambiental a tarefa de corrigir e modificar as atitudes bem como os comportamentos das crianças, preparando-as para o seu papel no futuro” (Morgado, 2007, p. 65). Ou seja, as crianças como futuros líderes e gestores do planeta, são vistas como um público privilegiado das mensagens ambientais (Sutherland & Ham, 1992; Uzzel et al., 1998), podem funcionar como verdadeiros dinamizadores de mudança social e comportamental (Glass, Benstson, & Bunham. 1986; Lerner & Spanier, 1987; Sutherland & Ham, 1992; Uzzel et al., 1998; Kruger, 1992; Morgado, 2007).

Quando falamos de educação, concordamos com as ideias expostas por Esteves (1998, p. 78) e posteriormente por Caride e Meira (2001, p. 193), quando salientam que “A educação (tanto a académica como a não académica) é de importância crítica para promover o desenvolvimento sustentado e aumentar a capacidade das populações para abordarem as questões ambientais e de desenvolvimento”, logo veículo privilegiado para transmitir questões de ordem ambiental com o intuito de alertar para a inter-relação que liga o ambiente ao Homem. Pois a propósito desta situação Alves e Caeiro (1998, p. 79) já anteriormente tinha sugerido que, quando se pensa em educação, esta não é mais do que “O conjunto das acções e das influências exercidas voluntariamente por um ser humano no outro, em princípio de adulto num jovem e orientada para um fim que consiste na formação , no jovem, de toda a espécie de disposições que correspondem aos fins a que é destinado quando atinge a maturidade”. Ou seja, “Agremiado ao conceito de educação está, portanto, a ideia de mudança” (Morgado, 2007, p. 31). Mudança esta com

“sentido de evolução positiva comandada pelo próprio indivíduo” (Leite, 1993, p. 33), como podemos verificar nas palavras do autor, que poderá contribuir para o desenvolvimento de uma consciência de natureza crítica com a finalidade de intervir em questões do quotidiano (Leite, 1993; Freire, 1997), pois podemos considerar uma ligação direta entre Homem e Ambiente (Alves & Caeiro, 1998).

O conceito de ambiente apresentado pela UNESCO (1989, p. 11) destaca que:

É não só o ambiente natural constituído pela água, o ar, o clima, a temperatura, o solo, o relevo, a radiação solar e cósmica – que formam parte do habitat da espécie humana -, mas também o ambiente social que esta vai construindo graças à criatividade da sua evolução cultural.

O termo educação ambiental, pela análise de alguns autores surgiu em Paris, por volta de 1948, num encontro para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais (Fernandes, 1983, Palmer & Neal, 1994; Jacobi, 2005; Morgado, 2007) a partir daí e em todos os encontros referentes às temáticas, a expressão foi ganhando forma, foi-se aperfeiçoando e cada vez mais implementando de diversas formas (Morgado, 2007).

Destacamos aqui uma das definições, apresentada pela UNESCO (1987):

Um processo permanente no qual os indivíduos e a comunidade tomam consciência do seu meio ambiente e adquirem conhecimentos, habilidades, experiências, valores e a determinação que os tornam capazes de agir, individual ou colectivamente, na busca de soluções para os problemas ambientais, presentes e futuros.

Porém a Educação Ambiental terá de assentar num processo quer:

permanente e participativo em diversas áreas, entre as quais: a comunicação e conhecimento, a explicação de valores, a instrução sobre problemas específicos relacionados com a gestão do ambiente e a formação de conceitos e aquisição de competências que promovam através da motivação comportamentos e ações concretas de defesa e melhoria da qualidade do ambiente” (Morgado, 2007, p. 35).

Relativamente às questões relacionadas com o ambiente, e como nos alude Bonotto (2008, p. 316) que “dizem respeito à vida e sobrevivência de todos os seres do planeta, tais questões - e os valores a elas associados - abrangem muito mais do que opções pessoais”. Portanto, torna-se urgente rever o conceito de valores em torno desta questão. Segundo Rodrigues (2013), a educação deve basear-se em quatro pilares fundamentais: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver juntos e aprender

a ser. Desta forma, a educação deve ser concebida como um todo, não privilegiando o conhecimento em detrimento de outras dimensões.

A participação de todos na construção de uma cultura e de sociedade, implica a consciência coletiva de que a ação de todos e de cada um, tem repercussões no todo. Por isso, torna-se importante compreender e preservar o meio ambiente onde todos vivem, sobrevivem e do qual usufruem. A educação ambiental deve ser assim, um dos pontos-chave para a harmonia e a preservação de um habitat comum a todos, alterando comportamento errôneos e inculcando valores de um meio ambiente sustentável, e essencial para todos e qualquer ecossistema (Rodrigues, 2013, pp.27-28)

E surge um novo alerta:

Para alcançar o desenvolvimento sustentável a que aspiramos, é preciso resolver problemas e tensões comuns e explorar novos horizontes. O crescimento econômico e a criação de riquezas reduziram as taxas globais de pobreza, mas a vulnerabilidade, a desigualdade, a exclusão e a violência aumentaram dentro das sociedades e entre diferentes sociedades em todo o mundo. Padrões insustentáveis de produção econômica e consumo contribuem para o aquecimento global, a degradação ambiental e um aumento súbito de desastres naturais. Além disso, enquanto os marcos internacionais de direitos humanos foram fortalecidos nas últimas décadas, sua implementação e proteção continuam a ser um desafio. Por exemplo, apesar do empoderamento progressivo de mulheres, graças ao maior acesso à educação, elas continuam a sofrer discriminação na vida pública e no trabalho. A violência contra mulheres e crianças, particularmente meninas, continua a enfraquecer seus direitos. Mais uma vez, embora o desenvolvimento tecnológico contribua para maior interconectividade e ofereça novos caminhos para trocas, cooperação e solidariedade, assistimos paralelamente a um aumento da intolerância cultural e religiosa, da mobilização política e de conflitos identitários. A educação deve encontrar maneiras de responder a esses desafios, levando em conta múltiplas visões de mundo e outros sistemas de conhecimentos, além de novas fronteiras em ciência e tecnologia, como os progressos em neurociências e os avanços na tecnologia digital. Repensar o propósito da educação e a organização da aprendizagem nunca foi tão urgente (UNESCO, 2016, pp.8-9)

Acrescenta ainda que a educação por si só nada poderá fazer, terá de unir esforços e tarefas, ou seja:

Isoladamente, a educação não pode esperar resolver todos os desafios relacionados ao desenvolvimento, mas uma abordagem humanista e holística da educação pode e deve contribuir para alcançar um novo modelo de desenvolvimento. Nesse modelo, o crescimento econômico deve ser orientado por uma gestão ambiental responsável e pela preocupação com paz, inclusão e justiça social. Os princípios éticos e morais de uma abordagem humanista ao desenvolvimento levantam-se contra a violência, a intolerância, a discriminação e a exclusão. No que

se refere à educação e à aprendizagem, significa ir além da estreita visão utilitarista e economista, buscando integrar as múltiplas dimensões da existência humana (UNESCO, 2016, p. 9).

Logo, a educação “não se limita à aquisição de habilidades, envolve também valores de respeito pela vida e pela dignidade humanas, indispensáveis para a harmonia social em um mundo diverso” (UNESCO, 2016, p. 38). Valores estes considerados universais.

Nas palavras de Beraza (2000, p. 34) quando este se refere aos valores, este destaca que

o processo de aquisição de atitudes e dos valores inicia-se, desde logo, muito antes dos meninos/as irem para a escola. O ambiente cultural da família é o primeiro grande nutriente das atitudes e dos valores infantis. Influência essa que prosseguirá e se completará através de outros agentes educativos (os amigos, os meios de comunicação, etc.) e, entre eles, desempenhando um papel limitado mas fundamental, a escola.

Autores como Jackson (1968/1991), Dreeben (1968/1989), Kohlberg e Mayer (1972), Biggs (1979), Zabalza (1979), Fontes (1990), Trilla (1992), Fullan e Hargreaves (1997), Beraza (2000), Bolívar (2000), Trillo (2000), Zabalza (1991, 2000), Morgado (2007), Rivilla e Mata (2009), atribuem um papel de destaque à escola quer na transmissão quer no desenvolvimento de valores. Raven (1977) destaca porém que nesta temática a escola tem fracassado.

Sendo que e como alude Howe (1980 referido por Fontes 1990, p. 31), valor será “tudo por que somos a favor ou contra. O valor dá sentido e direção à vida”.

Um valor para Allport referido por Gable e Wolf (1993, p. 19) “é como uma crença com a qual o homem actua por referência”. Rodríguez (2000, p. 99) esclarece que “os valores são entendidos como um tipo de crenças, crenças firmes, perspectivas que se referem a estados finais da existência (valores morais) ou a modos específicos de conduta ou estados desejáveis de conduta (valores instrumentais)”. Ou seja, “as finalidades educativas são valores na medida em que são opções, preferências, eleições” (Camps, 1990, p. 124).

Logo o grande desafio reina, segundo Fontes (1992, p. 50) na “capacidade de que, ao dispormos de conteúdos para ensinar, sejamos capazes de criar um farto conjunto de actividades que permitam o desenvolvimento de valores e atitudes nos nossos alunos”.

Logo a Educação Ambiental terá de ser “considerada num campo mais vasto do que aqueles que pressupõem apenas um aumento da consciencialização e uma mudança de atitudes e comportamentos” (Uzzel et al., 1998, p. 20). Ou seja, mediante esta posição,

“Ela terá de ser situada no contexto da aquisição de competência para a acção, isto é, mais do que estar simplesmente consciente, ou tomar determinada atitude relativamente aos problemas ambientais, ou mesmo possuir um conjunto de destrezas” (Uzzel, et al., 1998, p. 20).

## **2. EDUCAÇÃO AMBIENTAL: o papel do professor**

Delors e seus colaboradores (1996, p. 21) destacam que “educação deve permitir que todos possam recolher, seleccionar, ordenar, gerir e utilizar as mesmas informações. A educação deve, pois, adaptar-se constantemente a estas transformações da sociedade, sem deixar de transmitir as aquisições, os saberes básicos frutos da experiência humana”. E acrescentam ainda que cabe à educação o papel primordial na transmissão de valores. Acerca da tarefa desempenhada pelos professores Perrenoud (1997, p. 180), destaca que este não se “limita ao emprego de saberes científicos e de métodos racionais. Se também se ensina com as entranhas, intuições, emoções, experiências, crenças, desejos e medos, então tudo isto é matéria a ter em conta no esforço de formação”. Logo a sua formação deverá ser mais plural e abrangente (Morgado, 2007) em temas, pois como destaca Bonotto (2008, p. 320),

A formação de professores deve, pois, favorecer-lhes o processo de construção e reconstrução de saberes e práticas em busca do seu aperfeiçoamento profissional. Esse processo é altamente complexo, não existindo uma teoria geral de aprendizagem da docência que possa orientar de maneira geral a formação de professores. Desse modo, a formação tem-se estruturado também enquanto linha de investigação, buscando elucidar os diferentes aspetos envolvidos neste processo.

Relativamente ao papel do professor na sala de aula, e ao ensino e transmissão de valores, Pires e seus colaboradores (1989, p. 135) mencionam que:

o professor na sala de aula bem como a escola no seu todo, naquilo que explicita e não explicita, no que diz permitir e no que proíbe, no que incentiva e no que faz por desconhecer, ensinam aquilo que valorizam, o que acham justo e não justo, em suma, ensinam valores. O ensino dos valores não se pode evitar. Todas as actividades em que se envolve o professor desde os livros ou textos que sugere ou escolhe, as experiências que selecciona, os trabalhos de casa que recomenda ou pede, tudo isto implica uma hierarquia de valores. Mas não é apenas o professor, são também as regras de jogo da própria escola, as relações entre Conselho Directivo, professores e alunos, as circulares e ordens de serviço, o que se pode ou não fazer no pátio, as actividades extra-curriculares que se fomentam, aquilo que é premiado ou considerado

indesejável, são todas estas situações e muitas outras que, explícita ou implicitamente, revelam os valores que se privilegiam.

Por sua vez Bolívar (2000, p. 127) quando se refere à profissão docente, afirma que,

é, por natureza, uma actividade moral, os professores, ainda que sem terem consciência disso, são sempre educadores morais. Os seus comentários na aula, os seus modos de organizar a aula, a sua conduta, a sua forma de tratar os alunos, de os avaliar, etc., implícita ou explicitamente, educam em termos de valores e de atitudes.

Com a finalidade de potenciar novos conhecimentos e novos comportamentos a educação ambiental na perspectiva de Giordan (1980, p. 526)

Projecta-se para o futuro (prosperidade), alcança todas as idades (generalidade), atinge todos os estratos sociais (unanimidade), recupera a anterior vinculação entre o homo faber e o homo sapiens (integralidade), ajuda a elevar o nível de vida e da qualidade de vida nas comunidades locais mediante a autogestão colectiva (actividade) e procura tornar viáveis os mais altos valores sociais que inspiram a cultura do grupo humano (normatividade). Em última instância, esta educação tende a eliminar, pela sua qualidade integradora e o seu exercício permanente, os limites que separam os aspectos formais e não formais do acto educativo.

Com o intuito de contribuir para o desenvolvimento de uma consciência crítica, “Foi inculcada à educação ambiental a tarefa de corrigir e modificar as atitudes bem como os comportamentos das crianças, preparando-as para o seu papel no futuro” (Morgado, 2007, p. 65). Sendo cada vez maior, e nos nossos dias, a responsabilidade e comprometimento, inculcado ao professor ou educador, “Actuar de modo que os problemas do ambiente sejam abordados e tratados de tal maneira que as alunos, ou os receptores de informação, sejam capazes, por eles próprios, de elaborar novos conceitos e novos valores, segundo o método heurístico (método da descoberta)” (Fernandes, 1983, p. 35).

Nas palavras de Oliveira (1992, p.7) a educação ambiental tem como basilar “envolver o cidadão na problemática da sua Qualidade de Vida actual e futura (e mesma da sua sobrevivência); sua e dos seus descendentes”.

Para Giordan (1996), Giordan e Sauchon (1997), Jacobi (2005), Morgado, Pinho e Leão (2000) e Morgado (2007) os educadores/professores têm agora um papel adicionado, que se revela estratégico e absolutamente decisivo, na inclusão da educação ambiental no quotidiano escolar, transversal ao ambiente familiar. Estes, no dever das suas funções,

capacitam os discentes para que “disponham de um consciente posicionamento crítico face à crise socioambiental, tendo como horizonte a alteração de hábitos e práticas sociais a desenvolver” (Morgado, 2007, p. 65).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Delors et al., (1996, p. 55) destaca a educação como sendo o “veículo das culturas e dos valores, como construção de um espaço de socialização e como crisol de um projecto comum”.

Em relação à importância da Educação esta revela-se como “o único instrumento que ter a seu cargo a tarefa de aproximar esta nova proposta das gerações vindouras” (Colom, 1998, p. 47). Partindo das ideias de Weidenfeld (1999, p. 9) quando este ostenta ser necessário de “nos mostrarmos sensíveis e cuidadosos para se gerar um diálogo tolerante sobre normas e valores entre as diversas sociedades e dentro de cada uma delas “, será urgente “conseguir estruturas que permitam às sociedades enfrentar os conflitos” e logo “preparar caminhos reconhecíveis que se hão-de ampliar até se converterem em vias que nos conduzam à paz e à compreensão mútua”. Portanto tomando essa direção “não se poderá objectar a importância da educação e de outras práticas sociais (...) para a consecução de uma população consciente e informada, motivada relativamente à construção das suas próprias identidades num mosaico de diversidades, crítica e com mentalidade cívica. (...) não poderão ser exclusivas nem excludoras, visto que a sua primeira e essencial justificação reside na promoção dos interesses colectivos e do bem comum, mediando entre as necessidades das pessoas e os direitos sociais” (Gómez, 2000, p. 175).

Savater (1997, p. 19) fala no “valor da palavra educar”, ou seja, o autor afirma que “a educação é valiosa e válida, mas também que é um acto de coragem, um passo em frente da valentia humana”, por sua vez os valores são a exposição “de ética pública cívica”. Morgado e colaboradores (2021, p. 236) salientam que está dado o passo, logo:

Urge, portanto, despirmo-nos de preconceitos e abrimo-nos a novos paradigmas como os da cidade educadora e promover a ação conjunta entre escolas e demais espaços e organizações socioculturais, desportivas, religiosas, entre outras, que possam de forma articulada cooperar com a escola e a família. Muitos passos têm sido dados e, felizmente, esta cooperação tem progressivamente, mas muito

lentamente, vindo a ganhar a adesão do poder público bem como de diversos setores e organizações da sociedade civil.

Podemos então falar no carácter emergente e parcerias necessárias que devem existir entre as Organizações comunitárias e entre a Educação (UNESCO, 2016; Morgado et al., 2021). Ou seja, tomando como exemplo os projetos socioeducativos poderemos destacar que muitos deles, senão a maior parte “nasceram nas comunidades por iniciativa da sociedade e não pelas mãos do Estado, como forma de complementar as aprendizagens oferecidas pela escola. Tais projetos continuam a existir, muitos deles integrados nas redes sociais. Expandem-se como políticas da comunidade e são promovidos por organizações da sociedade civil local que, em parceria com o poder local, as igrejas, empresas e membros da comunidade, oferecem novas oportunidades de aprendizagem às crianças e jovens” (Morgado et al., 2021, p. 237). Todos estes projetos poderão ser um veículo de disseminação e sensibilização das práticas ambientais, pois como argumenta Morgado (2007, p. 36) quando se refere aos objetivos e finalidades da educação ambiental, este define que “através dela o indivíduo vai adoptar certos comportamentos e interiorizar um determinado quadro de valores, que o levam a desenvolver uma dupla postura: respeito por si próprio e por tudo o que o rodeia”. Muito se tem feito ao longo das últimas décadas, muito tem melhorado, tanto ao nível das escolas como na sociedade em geral, porém ainda temos um longo caminho a percorrer.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alves, F., & Caeiro, S. (1998). *O conceito de Educação Ambiental*. In C. Carapeto (coord.), *Educação Ambiental*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Beillerot, J. (1985). *A sociedade pedagógica*. Porto: Rés-Editora.
- Beraza, M. Z. (2000). O Discurso Didático sobre Atitudes e Valores no Ensino. In F. Trillo (coord.), A. Bolívar, F. C. Pinto, J. A. Caride, X. Rubal, & M. Zabalza (2000), *Atitudes e Valores no Ensino* (pp.19 -97). Lisboa: Instituto Piaget.
- Biggs, Y. B. (1979). A escolaridade e o desenvolvimento moral. In V. Varma & P. William (Ed.), *Piaget, psicologia e educação*. Lisboa: Moraes Editores.
- Bolívar, A. (2000). A Educação em Valores: o que aprendemos com o seu esboço e o seu desenvolvimento curricular em Espanha? In F. Trillo (coord.), A. Bolívar, F. C. Pinto, J. A. Caride, X. Rubal, & M. Zabalza (2000), *Atitudes e Valores no Ensino* (pp.123-167). Lisboa: Instituto Piaget.
- Bonotto, D. M. B. (2008). Educação Ambiental e Educação em Valores em um programa de formação docente. *Revista Electrónica de Enseñanza de las Ciencias*, 7(2), 313-336.
- Camps, V. (1990). *Virtudes públicas*. Madrid: Espasa-Calpe.
- Caride, J. A. (1991). *La Educación Ambiental: concepto, historia y perspectivas*. Santiago de Compostela: Tórculo Edicións.
- Caride, J. A., & Meira, P. Á. (2001). *Educação Ambiental e Desenvolvimento Humano*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Colom, A. J. (1998). El desarrollo sostenible y la educación para el desarrollo. *Revista Interuniversitaria de Pedagogía Social*, 2, 31-49.
- Delors, J., et al. (Dir.) (1996). *Educação um tesouro a descobrir. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI*. UNESCO - Dani Editora.
- Dreeben, R. (1968/1989). On What is Learned in Schools. *Educación Y Sociedad*, 7, 139-157.
- Esteves, L. M. (1998). *Da Teoria à Prática: Educação Ambiental com as Crianças Pequenas ou O Fio da História*. Porto: Porto Editora.

Fernandes, J. A. (1983). *Manual de Educação Ambiental*. Lisboa: Secretaria de Estado do Ambiente Comissão Nacional do Ambiente – Notas Técnicas.

Fontes, M. A. (1990). *Escola e Educação de Valores. Um estudo na área da Biologia*. Lisboa: Livros Horizonte.

Freire, P. (1997). *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra.

Fullan, M., & Hargreaves, A. (1997). *Hay algo por lo que merezca la pena luchar en la escuela?*. Sevilha: Kikiriki Cooperación Educativa.

Gable, R. K., & Wolf, M. B. (1993). *Instrument development in the affective domain*. Switzerland: Springer.

Giordan, A. (1980). Educação Ambiental. *Aprender*, 13,15-21.

Giordan, A. (1996). A educação ambiental na Europa. 1ª ed. Cadernos de Inovação Educacional. Instituto de Inovação educacional. Instituto de Promoção Ambiental.

Giordan, A., & Souchon, C. (1997). *Uma educação para o ambiente*. (1ª ed.). Instituto de Inovação educacional. Instituto de Promoção Ambiental.

Glass, J., Benstson, V. L., & Dunham, C. C. (1986). Attitude similarity in three-generation families: Socialisation, status inheritance or reciprocal influence? *American Sociological Review*, 51(5), 685-698. doi: <https://doi.org/10.2307/2095493>

Gómez, J. A. C. (2000). Introdução: As relações escola-comunidade com diálogo cívico. In F. Trillo (coord.), A. Bolívar, F. C. Pinto, J. A. Caride, X. Rubal, & M. Zabalza (2000), *Atitudes e Valores no Ensino* (pp.171-214). Lisboa: Instituto Piaget.

Jackson, P. W. (1968). *La vida en las aulas*. Madrid: Morata.

Jacobi, P. R. (2003). EDUCAÇÃO AMBIENTAL, CIDADANIA E SUSTENTABILIDADE. *Cadernos de Pesquisa*, 118, 189-205. <https://doi.org/10.1590/S0100-15742003000100008>

Jacobi, P. R. (2005). Educação ambiental: o desafio da construção de um pensamento crítico, complexo e reflexivo. *Educação e Pesquisa*, 31(2), 233-250. <https://doi.org/10.1590/S1517-97022005000200007>

Kohlberg, L., & Mayer, R. (1972). Development as the aim of education. *Harvard Educational Review*, 42(4), 449-496. doi:10.17763/haer.42.4.kj6q8743r3j00j60

- Kruger, J. (1992). *The influence of children on decision-makers in their homes: a case study in environmental education*. (Tese de mestrado não publicada). Universidade de Rodes, África do Sul.
- Leite, C., & Terrasêca, M. (1993). *Ser Professor/a num contexto de reforma – Animador, educador e investigador*. Porto: Edições Asa.
- Lerner, R. M., & Spsanier, G. B. (1978). *A dynamic international view of child and family*. NY: Academic Press.
- Morgado, E. G., Leonido, L., Licursi, B., & Rodrigues, J. B. (2021). As Instituições socioeducativas como complemento ou extensão do universo educacional formal. In B. L. S. B. Cataplan (Org.), *Educação, Ensino e Aprendizagem e seus impactos na sociedade* (Vol.2, pp. 231-239). Curitiba: Editora Reflexão Acadêmica. doi: doi.org/10.51497/reflex.0000188
- Morgado, E. M. G. (2007). *A Educação Ambiental nos Manuais Escolares: um estudo com manuais do 8º ano de escolaridade*. (Dissertação de Mestrado). Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. Vila Real.
- Morgado, F., Pinho, R., & Leão, F. (2000). *Educação ambiental. Para um ensino interdisciplinar e experimental da educação ambiental*. (1ª ed). Plátano. Edições técnicas.
- Morin, E. (2001). *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. São Paulo: Cortez.
- Oliveira, L. F. (1992). *Educação Hoje – Educação Ambiental, Guia prático para professores, monitores e animadores culturais e de tempos livres*. (3.ª ed.). Lisboa: Texto Editora
- Palmer, J., & Neal, P. (1996). *The handbook of environmental education*. Routledge: Londres.
- Perrenoud, P. (1997). *Práticas pedagógicas, profissão docente e formação – perspectivas sociológicas*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Pires, E. L., Abreu, I., Mourão, C., Rau, M. J., Roldão, M. C., Clímaco, M. C., Valente, M. O., & Antunes, J. J. (1989). *O ensino básico em Portugal*. Porto: Edições Asa.
- Raven, J. (1977). On the Components of Competence and Their Development in Education. *Teachers College Record*, 78, 457-475.
- Rivilla, A. M., & Mata, F. S. (Coords.). *Didáctica General*. Madrid: Pearson Educación.

- Rodrigues, S. (2013). *Eco-projeto, clube escolar nas atividades extracurriculares, promovendo inovação pedagógica*. Madeira: Universidade da Madeira.
- Rodríguez, X. R. (2000). Os conteúdos atitudinais: problemas conceptuais e propostas. In F. Trillo (coord.), A. Bolívar, F. C. Pinto, J. A. Caride, X. Rubal, & M. Zabalza (2000), *Atitudes e Valores no Ensino* (pp.99-170). Lisboa: Instituto Piaget.
- Savater, F. (1997). *El valor de educar*. Barcelona: Ariel.
- Sutherland, D. S., & Ham, S. H. (1992). Child-to-parent transfer of environmental ideology in Costa Rican families: an ethnographic case study. *Journal of Environmental Education*, 23(3), 9-16. doi: [10.1080/00958964.1992.9942797](https://doi.org/10.1080/00958964.1992.9942797)
- Trilla, J. (1992). *El professor y los valores convertidos*. Barcelona: Paidós.
- Trillo, F. (coord.), Bolívar, A., Pinto, F. C., Caride, J. A., Rubal, X., & Zabalza, M. (2000). *Atitudes e Valores no Ensino*. Lisboa: Instituto Piaget.
- UNESCO (1973). *Novo manual da UNESCO para o ensino das ciências*. Paris: UNESCO.
- UNESCO (1977). *Final Report: First Intergovernmental Conference on Environmental Education*. Paris: UNESCO.
- UNESCO (1980). *La educación ambiental: las grandes orientaciones de la Conferencia de Tbilissi*. Paris: UNESCO.
- UNESCO (1997). *Educación para un futuro sostenible: una visión transdisciplinaria para una acción concertada (Conferencia internacional de Tesalónica)*. Paris: UNESCO.
- UNESCO (2016). *Repensar a Educação: Rumo a um bem comum mundial?* Brasília: UNESCO Brasil.
- UNESCO (1987). *International strategy for action in the field of environmental education and training for the 1990s*. Paris: UNESCO e Nairobi.
- Uzzel, D., Fontes, P. J., Jensen, B. B., Vognsen, C., Uhrenholdt, G., Gottesdiener, H., Davallon, J., & Kofoed, J. (1998). *As Crianças como agentes de mudança ambiental*. Porto: Editores, S.A. Porto.
- Weidenfeld, W. (1999). Apresentação. In P. L. Berger (Ed.), *Los limites de la cohesión social: conflictos y mediación en las sociedades Pluralistas. Un informe de la Fundación Bertelsmann al Club de Roma* (pp. 7-10). Barcelona: Cículo de Lectores.

Zabalza, A. (1998). *A prática educativa: como ensinar*. Porto Alegre: Artmed.

Zabalza, M. (1991). Educación ambiental desde una perspectiva curricular. In J. A. Caride (coord), *Educación ambiental: realidades y perspectivas* (pp.243-296). Santiago de Compostela: Torculo Ediciones.

Zabalza, M. A. (1979). *La integración psíquica del muchacho inadaptado: el autoconcepto*. (Tese de doutoramento). Universidade Complutense, Madrid.

Zabalza, M.B. (2000). O discurso didático sobre atitudes e valores no ensino. In F. Trillo (Ed.), *Atitudes e valores no ensino* (pp. 19-97). Lisboa: Instituto Piaget.